



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

EMENDA Nº , DE 2022.

(ao PLP nº 235, de 2019)



O art. 4º da EMENDA Nº 1 -CE (SUBSTITUTIVO) ao Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019 passa a vigorar acrescido do seguinte inc. XVI:

Art. 4º
.....

XVI - promover, prioritariamente, para fins de que trata o inc. VIII, do art. 2º desta Lei Complementar, o atendimento às necessidades específicas e a prestação de assistência financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas a assegurar a oferta, manutenção e desenvolvimento da educação escolar das populações do campo, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, sem prejuízo das contrapartidas, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(NR)

JUSTIFICATIVA

O PLP em destaque visa instituir o Sistema Nacional de Educação (SNE) e almeja a cooperação vertical e horizontal entre os entes federados; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS



SF/22512.06055-37

de todas as formas de discriminação, além da garantia de acesso à educação de qualidade independente de local de residência ou classe social dos estudantes.

Sabemos das grandes dificuldades que perpassam os sistemas de ensino estaduais, que são responsabilizados quase que integralmente pela educação escolar das populações do campo, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. As referidas comunidades ficam completamente vulneráveis e expostas às carências de estrutura e recursos dos estados e municípios onde se situam. Ainda, é notório que grandes dificuldades também ocorrem em relação a serviços que garantem o mínimo existencial, *verbi gratia*, os serviços de saúde prestados.

Considerando esta dívida social, apresentamos emenda com a finalidade de garantir segurança jurídica para as comunidades supramencionadas, assegurando no ordenamento jurídico que a União, prioritariamente, promova o atendimento dos critérios específicos e a prestação de assistência financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com vistas a assegurar a oferta, manutenção e desenvolvimento da educação escolar das populações do campo, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de novembro de 2022.

Senador MECIAS DE JESUS